

# Um arquivo que faz barulho, barulho de negro: Arquivo King Nino Brown<sup>1</sup>

Victor Hugo Cossa da Silva: Mestrando em Sociologia na linha de Cultura pela Universidade Estadual de Campinas/SP e pesquisador no CEMI-Unicamp pela linha de pesquisa Hip-Hop em Trânsito.

Luca Amaral Machado: Mestrando em Antropologia Social no PPGAS da Universidade Estadual de Campinas/SP e pesquisador no CEMI-Unicamp pela linha de pesquisa Hip-Hop em Trânsito.

**Palavras-chave:** Estudos de Hip-Hop; Arquivo King Nino Brown; Memória.

## Introdução

No início do ano de 2022, nós tivemos um primeiro contato com King Nino Brown e seu arquivo (AKNB). Foi o momento em que esses documentos foram incorporados no acervo do *Arquivo Edgard Leuenroth* (AEL). Lá, ele faz parte de um conjunto documental maior que está sendo produzido no AEL denominado *Arquivo Brasileiro de Hip-Hop*. Ao nos aprofundar na história de Nino e de seu arquivo começávamos a compreender a magnitude política e reflexiva destes dois personagens indissociáveis. Uma história de grande circulação de ideias, inclusive internacional, e de exercício político educacional.

Assim, começamos uma pesquisa de iniciação científica com o AKNB, tendo como orientação transitar por ele, a fim de tentar compreender suas lógicas e ter um primeiro contato com os documentos nele contidos. A partir desta experiência de trabalho com o arquivo, surgiram algumas reflexões, que apresentaremos em seguida.

## King Nino Brown e suas memórias subterrâneas

Em uma primeira tentativa de descrever a natureza do arquivo, seu aspecto de disputa de memória é a primeira faceta em mente capaz de encapsular a potência carregada pelo trabalho arquivístico de King Nino Brown. Sua coleção se ergue como um monumento, um ponto de memória construído desde a cultura Soul da década de setenta, atravessada pelos movimentos negros nacionais e internacionais, enquanto também referência, e faz o registro do nascimento e desenvolvimento da cultura hip-hop nas

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

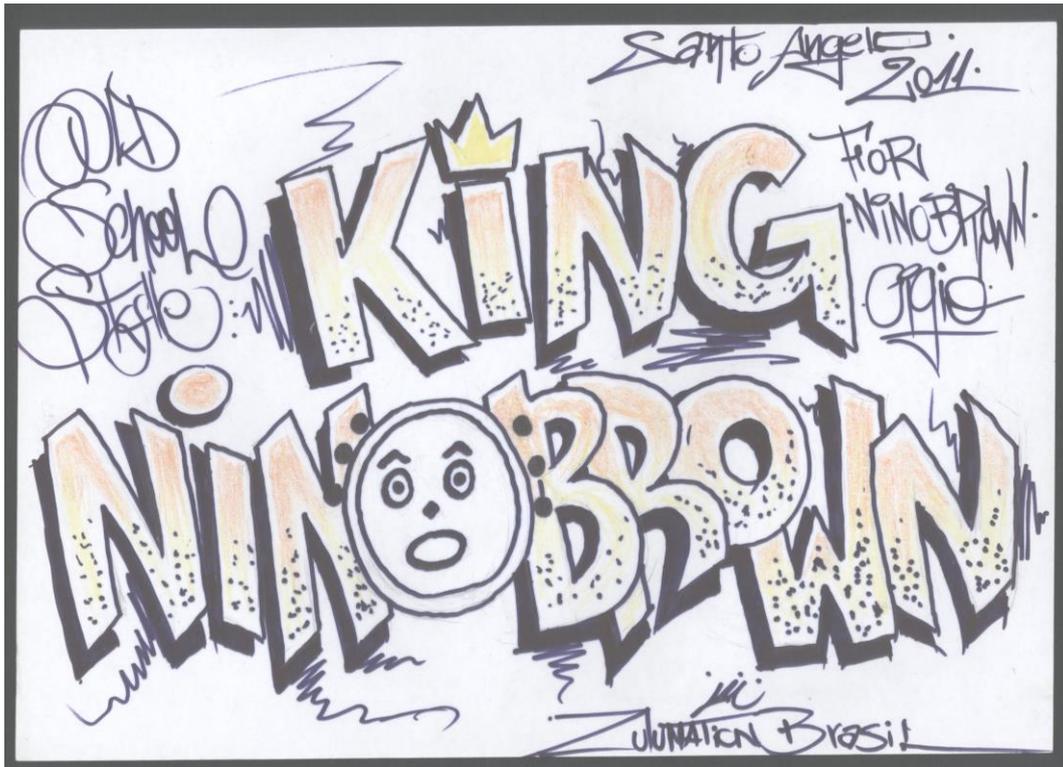
Américas. Nós optamos aqui pela utilização da palavra memória por criar uma contraposição ao historicismo hegemônico. A memória se caracteriza como algo muito mais espontâneo, que frequentemente é objeto de desconfiança e algo a ser repellido pela história. (NORA, 1993[1984])

De maneira geral, o apontamento realizado é que existe sim uma subjetividade impressa no AKNB devido ao fato de seu idealizador ser um indivíduo perpassado pela racialidade, atravessado pelos instrumentos de poder colonial e que precisou pensar na preservação da memória que foi capaz de acumular apesar destas intempéries. Pensando de forma mais técnica e material, o acervo de Nino é extremamente variado no que diz respeito aos itens que reúne, mas estes são permeados pela sua experiência singular e pelo fato de referenciar personalidades, objetos, monumentos e locais de memória do povo negro, o que nos leva a pensar em um lado mais teórico sobre o aspecto de racialidade, subjetividade e poder colonial.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. (Ibid, pg.9)

O AKNB, assim como King Nino Brown e as relações criadas e desenvolvidas a partir do envolvimento e crescimento deste historiador autodidata em conjunto com as culturas afro-diaspóricas, é algo vivo e pulsante. Diverge da história concebida de forma institucional e hegemônica, que apesar de tratar de eventos ou episódios já concebidos por esta última, aborda as perspectivas de uma população mantida na periferia da história institucional, apesar de protagonizar diversos de seus capítulos.

A categoria de memória se adequa ao acervo pois ela permanece sempre em disputa. E o caráter de disputa do AKNB, assim como os demais acervos que integram o projeto de Afro Memória, é um de seus veios principais. Afinal ele reúne também a memória de luta do povo preto, desde repreensões sistemáticas aos Bailes Black até documentações sobre os meios de organização e luta do *Black Panther Party of Self Defence*, que em determinado ponto foi um dos objetos de estudo de Nino.



1. Grafite de Santo Angelo 2011 para King Nino Brown (um dos documentos do AKNB)

Todo o material no qual nos debruçamos enquanto explorávamos o acervo acumulado por King Nino Brown, era composto principalmente por memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), transmitidas a ele e a partir dele, não por meios historiográficos institucionalizados como publicações ou salas de aula em universidades, mas pelos “laços familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.” (IBID, pg.5)

Itens como os anteriormente citados são compostos por cartas de presos políticos, fanzines, dossiês e periódicos internos de movimentos negros como a Nova Frente dos Panteras Negras de Los Angeles. Também há recortes de jornais que contém as anotações pessoais de King Nino Brown, e revistas com destaques manualmente introduzidos para alguns dos episódios que, mesmo documentados pela história, deixavam lacunas de silêncio sobre a memória de radicais negros que haviam protagonizado tais tragédias ou conflitos. Petições, panfletos e abaixo assinados pela liberdade de Mumia Abu Jamal, por exemplo, que circulavam internacionalmente sem que todos os que recebiam sequer soubessem quem era Mumia Abu Jamal. Nino se deu o trabalho de reunir memórias destas pessoas, agrupando-as e organizando-as de forma

que, caso transmitidas, fossem capazes de carregar a importância de signos e símbolos contidos e representados por aqueles personagens e eventos.

### **Em busca de uma leitura crítica à História e aos Arquivos**

Ao percorrer o AKNB, uma outra linha de reflexão tornou-se explícita, uma possibilidade de crítica aos arquivos, à História e à Historiografia, feita a partir das noções de racialidade e racialização. Nesse sentido, a compreensão de alguns dos mecanismos que atuam e criam a atual situação social brasileira foi central, e, aqui, a análise feita por Sueli Carneiro sobre os processos de silenciamento e subjugação da população negra é imprescindível. A filósofa mobiliza o conceito de dispositivo de racialidade, oriundo da lógica do universalismo excludente. De um lado, há um “eu” hegemônico, o indivíduo universal, que detém autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso, racionalidade, civilidade e história; de outro, há o Outro, um “não ser”, que não detém nenhuma daquelas características. Dele é retirada toda a humanidade, ele é rebaixado ao posto de uma “coisa que fala”, condição de incompletude humana, de um lugar a-histórico, seja pela negação da sua racialidade, seja pelo esforço de assimilação cultural (CARNEIRO, 2005). Assim, é constitutivo da natureza de dominação do dispositivo de racialidade se expressar como um “[...] dispositivo de poder, voltado para o adestramento e eleição/subordinação das racialidades, informado por visões raciais produzidas historicamente...” (IBID, p.94)

Esses processos de produção historiográfica, portanto, silenciavam a potência e/ou ignoravam as histórias das pessoas negras e de seu ativismo. A historiografia brasileira institucionalizada, ao menos até a década de 70, mantinha uma produção historiográfica pautada pelo olhar colonial, reiterando o lugar do negro como dominado. Foi na década de 80, com a influência dos trabalhos de E. P. Thompson, que a historiografia social brasileira começou a rever esses processos. Allan Kardec Pereira, em seu texto *Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman* (2021), apresenta sua leitura sobre as obras de Hartman, e comenta a perspectiva da autora sobre os movimentos historiográficos das décadas de 70 e 80:

Sua maior preocupação era desfazer certo otimismo tanto de caráter liberal, quanto da esquerda ligada à História Social, e ressaltar como a cidadania no pós-abolição e a constituição desse ideal no presente são inevitavelmente integracionistas, mesmo quando juram estar propondo demandas radicais. (PEREIRA, 2021, p.495)

Sobre isso, em uma entrevista com Hartman feita por Frank B. Wilderson<sup>2</sup>, ela diz como existe uma “[...] tentativa de transformar a narrativa da derrota em uma oportunidade de comemoração, o desejo de olhar para a devastação e a brutalidade dos últimos séculos, mas ainda assim encontrar uma maneira de nos sentirmos bem com nós mesmos.”<sup>3</sup> (HARTMAN; WILDERSON, 2003, p. 185) O negro é deslocado, através do conceito de agência, mobilizado pelos historiadores sociais dos anos 80, da categoria de dominado para a categoria de resistência. Porém, esse binarismo mantém o negro em um mesmo processo de subjugação, negando a subjetividade desses indivíduos, e os reduzindo, ao adotar um método onde a violência colonial se apresenta como ponto referencial: os negros selecionados como sujeitos históricos eram aqueles marcados por autoconsciência de resistência (PEREIRA, 2021). Esse cenário parece, a Allan Kardec, uma tentativa vazia de afirmar “[...] expectativas teóricas pré-condicionadas. Os negros do passado só ‘teriam voz’, só seriam ‘resgatados’ e ‘úteis’ ao saber disciplinado, se falassem uma gramática da revolta que fizesse coro aos anseios dos seus pesquisadores.” (IBID, p.496) Como contraponto, Hartman (2020[2008]) apresenta a ideia de “sobrevida da escravidão”<sup>4</sup>, caracterizada pela perpetuação da violência colonial e repetições históricas. Para a autora esses processos historiográficos e arquivísticos institucionalizados são peça chave para a subjugação racial.

Destaco, com auxílio das leituras de Trouillot e Hartman, o arquivo e os processos de violência que o atravessam e, potencialmente, o constituem. Trouillot (2016[1995]) apresenta como os silêncios impactam o processo de produção historiográfica. São quatro os momentos em que isso pode acontecer: “[...] no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância).” (Trouillot, 2016[1995], p.57) Esses processos de violência são parte intrínseca do projeto colonial, como defende Hartman (2022[2019]):

Quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade

---

<sup>2</sup> Frank B. Wilderson III é um escritor, dramaturgo, cineasta e crítico estadunidense. É Professor Chanceler de Estudos Afro-Americanos na Universidade da Califórnia.

<sup>3</sup> Livre tradução: “[...] the attempt to make the narrative of defeat into an opportunity for celebration, the desire to look at the ravages and the brutality of the last few centuries, but to still find a way to feel good about our selves.” (HARTMAN; WILDERSON, 2003, p. 185)

<sup>4</sup> Para se aprofundar no conceito ler o artigo: Vênus em dois atos de Saidiya Hartman (2020[2008], p.31)

dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico. (HARTMAN, 2022[2019], p.11)

A autora desenvolve uma alternativa para lidar com a perpetuação da violência colonial da produção historiográfica. No livro *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos* (2022[2019]), dedicado às vivências de jovens mulheres negras no início do século XX, por exemplo, ela propõe:

[...] uma contranarrativa livre dos julgamentos e das classificações que submeteram jovens negras a vigilância, punição e confinamento, e que oferece um relato sobre os belos experimentos — de fazer do viver uma arte — realizados por aquelas muitas vezes descritas como promíscuas, inconsequentes, selvagens e rebeldes. (IBID, p.12)

Para que isso funcione é necessária a observação dos arquivos coloniais ou de cultura a partir de suas margens: “[...] voltando-se para formas de conhecimento e prática, geralmente, não considerados objetos legítimos ou apropriados para investigação histórica, assim como dedicando atenção ao silêncio cultivado, às exclusões, relações de violência e dominação que geram os relatos oficiais.”<sup>5</sup>(HARTMAN, 1997, p.10) O que ela chama, retomando Walter Benjamin, de “escovar a história a contrapelo”.

Porém, o que Hartman não aborda em seus trabalhos são arquivos produzidos por sujeitos negros em situação de subalternidade, e, portanto, sem qualquer atravessamento da máquina colonial ou do Estado. Nesse sentido, sua proposta teórico-metodológica não abrange arquivos como o AKNB, que contém documentos que podem possibilitar um estudo sobre as vivências dessas pessoas, respeitando sua complexidade e pluralidade; pois permite demonstrar como, além de oprimidos e resistentes, essas pessoas possuíam diversos sentimentos, sonhos, desejos... Obviamente seus corpos e mentes são atravessadas pela violência colonial, mas reduzi-los, seja a um objeto de dominação, seja a resistentes, como se não tivessem dores e desejos que vão além da emancipação colonial, é negar outras possibilidades de existência, outras possibilidades de futuro.

---

<sup>5</sup> Livre tradução: “The effort to “brush history against the grain” requires excavations at the margins of monumental history in order that the ruins of the dismembered past be retrieved, turning to forms of knowledge and practice not generally considered legitimate objects of historical inquiry or appropriate or adequate sources for history making and attending to the cultivated silence, exclusions, relations of violence and domination that engender the official accounts.” (HARTMAN, 1997, p.10)

## Considerações Finais



2. Foto de grafites dos muros de uma das linhas da CPTM (foto que se encontra no AKNB)

Partindo dessas reflexões em conjunto, é possível traçar como linha norteadora o potencial do AKNB e de outros acervos do Projeto Afro Memória, que carregam a força de disputa da memória do povo negro. Mais especificamente, tentamos apontar aqui a carga subjetiva, singular e característica de corpos, vivências e culturas marginalizadas, as quais são sistematicamente reduzidas a resistentes ou dominados pela historiografia hegemônica.

Ao desempenhar um papel semelhante ao de um Griot no movimento cultural hip-hop, King Nino Brown educa as seguintes gerações, que atravessam os ambientes das Casas de Hip-Hop e suas relações de trabalho. Ter contato com Joaquim de Oliveira Ferreira é partilhar da carga de uma memória subterrânea. Uma memória que permeia eventos e elementos popularmente conhecidos da cultura *black* ou da cultura hip-hop, mas que tem seu potencial e acúmulo memorial suprimido por sistemas do aparato colonial e das práticas usuais da historiografia.

Propomos o seguinte raciocínio: os arquivos que constituem o Projeto Afro Memória podem não somente oferecer uma contranarrativa ou suprir as lacunas do

silenciamento colonial na trajetória memorial do população negra nacional e internacional, mas também permitem pensar uma nova historiografia decolonial. Pois viabilizam a construção de uma contra-história<sup>6</sup>, capaz de romper com os meios institucionais de silenciamento, em direção a uma nova história documental, oficial, porém institucionalizada por meios não hegemônicos e coloniais. Uma historiografia feita a partir do AKNB parece possibilitar essa contranarrativa, um processo historiográfico livre da repetição da violência colonial.

Estas são as bases que demonstram que um arquivo de hip-hop, paradoxalmente aos múltiplos silêncios do arquivo, é um local de barulho: barulho de negro que existe, persiste, e resiste a lógica racista que nos acompanha. Se manifesta como um contra-arquivo<sup>7</sup>, a partir de uma contranarrativa. O AKNB não só revela uma história brasileira que já se pretendeu não falar sobre, mas produz um olhar complexo sobre esses indivíduos, sem reduzi-los a nenhum significante específico. Além do olhar crítico aos métodos de pesquisa preponderantes, e práticas do pensamento histórico.

Nesse sentido, o esforço para reconstruir a história dos dominados não é descontínuo em relação aos relatos dominantes ou à história oficial, mas, sim, uma luta dentro e contra as restrições e os silêncios impostos pela natureza do arquivo - o sistema que governa a aparência das declarações e gera significado social. (HARTMAN, 1997, p.11)<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Para se aprofundar no conceito ler o artigo: Vênus em dois atos de Saidiya Hartman (2020[2008], p.18 e 30)

<sup>7</sup> Fizemos uma busca bibliográfica a fim de encontrar uma boa conceptualização de “contra-arquivo”, porém não fomos bem sucedidos, em nossa experiência essa terminologia foi usada pontualmente. Pensamos esse conceito como denominação dos arquivos que subvertem os processos arquivísticos e historiográficos hegemônicos.

<sup>8</sup> Livre Tradução: In this regard, the effort to reconstruct the history of the dominated is not discontinuous with dominant accounts or official history but, rather, is a struggle within and against the constraints and silences imposed by the nature of the archive - the system that governs the appearance of statements and generates social meaning. (HARTMAN, 1997, p.11)

## Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Acesso em: 10 out. 2023

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006 [1950]

HARTMAN, Saidiya. **Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista ECO-Pós**, 23(3), p. 12–33, 2020[2008]. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27640>. Acesso em: 10 out. 2023

HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais**. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022[2019].

HARTMAN, Saidiya; WILDERSON III, Frank B. The Position of Unthought. **Qui Parle**, Durham,

v. 3, n. 2, p. 183-201, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20686156>. Acesso em: 10 out. 2023

MACEDO, Márcio. Hip-Hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1983- 2013). In: KOWARICK, Lúcio. **Pluralidade Urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2016. p. 23-53.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. Projeto História - PUC-SP, São Paulo, vol. 10, 1993 [1984]

PEREIRA, A. K. Escritas insubmissas: indisciplinando a História com Hortense Spillers e Saidiya Hartman. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 481–508, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i36.1719. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1719>. Acesso em: 10 out. 2023

PINHO, Osmundo. “Voz ativa”: Rap – Notas para a leitura de um discurso contra-hegemônico. In: **Sociedade e cultura**, v.4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 67-92. DOI: 10.5216/sec.v4i2.528. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/528>. Acesso em: 10 out. 2023

POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio**”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.02, n. 03, 1989

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história.  
Tradução: Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya editorial, 2016[1995]. 272p.